



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 4 | SEGURIDADE SOCIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E PREVIDÊNCIA

O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIA NO TERRITÓRIO RURAL DE TERESINA: reflexões para o debate

SOCIAL WORK WITH FAMILY IN THE TERESINA RURAL TERRITORY: reflections
for the debate

Marilene Borges de Sousa¹

Mauriceia Ligia Neves da Costa Carneiro²

RESUMO

O objeto de análise desse artigo é o trabalho com família no território rural. Ele se desenvolve em três movimentos. Primeiro, situa o trabalho social com família na política de assistência social a partir das suas diretrizes e a relação com o Sistema Único de Assistência Social-SUAS. Segundo, discorre sobre as características do trabalho social com família, relacionando-o ao conceito de território com suas peculiaridades. E por último, apresenta a realidade do município de Teresina na implementação do trabalho social com família na zona rural trazendo uma reflexão inicial sobre essa realidade, como também a sua potencialidade e desafios.

Palavras-chaves: Trabalho Social Com Família, Território, Zona Rural.

ABSTRACT

The object analysis in this article is working with the family in rural areas. It develops in three movements. First, it places social work with the family in the social assistance policy based on its guide lines and their relationship with the Unified Social Assistance social work with the family, identifying it as a reference for the protection service and comprehensive care for the family - PAIF, relating it to the concept of territory with its peculiarities. Finally, it presents the reality of the municipality of Teresina in the implementation of social work with

¹ Assistente Social, Especialista em Movimentos Sociais, Educação Popular e Direitos Humanos- UESPI, Elaboração de Projetos Sociais e Captação de Recursos- FAR, Gerente do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Sudeste IV- Teresina-PI. Email: marileneborges@hotmail.com

² Assistente Social Mestre em Serviço Social-UFRJ, Doutora em Serviço Social- PUC/SP, Secretária Executiva do SUAS- Teresina-PI. Email: mnevesdacosta@gmail.com.

families in the countryside, bringing an initial reflection on this reality, as well as its potential and challenges.

Keywords: Social Work With Family, Territory, Rural Area.

INTRODUÇÃO

O referido artigo aborda uma temática que deslancha como resultado de todo um processo de consolidação da Política de Assistência social, isto é, a implementação do trabalho social com família no Centro de Referência da Assistência Social-CRAS no território rural. Tem como objetivo compreender as suas especificidades como estratégia social desenvolvida no território rural. Essa estratégia tem como finalidade fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida.

Inicialmente o texto apresenta a relação entre o trabalho social com família e as diretrizes da Política de Assistência Social/SUAS, estabelecendo a relação entre os objetivos desse serviço com dois dos eixos estruturantes do SUAS, a matricialidade sociofamiliar e a territorialização. Para tanto, discorre-se sobre as características desses eixos, destacando suas interrelações voltadas para o espaço rural, dimensão caracterizada por diversas ausências de intervenções públicas. Finalmente, apresenta peculiaridades dos CRAS-rurais de Teresina, apontando suas potencialidades e desafios para a construção de um desenvolvimento local e das famílias assistidas pela política de assistência social.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIA

Discorrer sobre a Política de Assistência Social pós Constituição Federal de 1988 de fato é compreendê-la por meio de uma nova abordagem, metodologia, a partir da construção de um sistema que organiza programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais. Na atualidade existem regulamentações e suporte teórico que norteia a execução da Política de Assistência no Brasil. Com o marco regulatório da Constituição Federal de 1988 alcança-se um avanço significativo reconhecendo

assistência social como direito social direcionado “a quem dela necessitar independentemente de contribuição à seguridade social” (BRASIL, 2009, p.131).

A Política de Assistência Social-PNAS/SUAS como afirma a LOAS, possui objetivos, princípios e diretrizes que norteiam o desenvolvimento de suas ações e alicerçam direitos. A sua gestão passa a seguir um modelo descentralizado e participativo. Para melhor organizar as provisões as quais passaram a ser implementadas a partir do SUAS, os serviços seguem as referências da Proteção Social, a Vigilância Socioassistencial e a Defesa de Direitos elegendo o *lócus* familiar como o sujeito de suas ações. (BRASIL, 2013).

A Proteção Social é subdividida em duas instâncias, básica e especial, a proteção social básica, mediante os Centros de Referência da Assistência Social- CRAS trabalha com o objetivo de prevenir seu público de situações de riscos sociais, oferecendo serviços que desenvolva o potencial, fortaleça o vínculo comunitário e familiar de seus sujeitos, essa proteção alicerçada na PNAS. É direcionada à população que se encontra em situação de risco e vulnerabilidade social por consequência da pobreza, é a população que não possui acesso as políticas públicas por morar distante dos equipamentos públicos e não possuir recursos financeiros para acessá-los. (BRASIL, 2009).

Quanto à proteção social especial implementada por meio do Centro de Referência Especializado da Assistência Social- CREAS é direcionada, “às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas (...) entre outros” (BRASIL, p. 37, 2009). É constituída por dois grupos denominados de Média Complexidade e Alta Complexidade, sendo que a presença ou não de vínculos familiares, ou comunitários diferencia os grupos citados. O papel da assistência social nas duas instâncias é voltado para a garantia de direitos sociais, devendo ser articulada com as demais políticas sociais.

A partir da dimensão territorial e populacional do país, a realidade sociocultural, o grau de heterogeneidade, a gestão política-administrativa da assistência social é operacionalizada em rede, buscando superar e romper os “velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente, pautadas na segmentação, na fragmentação

e na focalização, e construindo um novo olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano” (...) (BRASIL, p. 44. 2009).

O SUAS orienta que a gestão da PNAS seja financiada nos três níveis de poderes, definindo as competências de cada nível de governo. Assim, o SUAS está presente em toda a execução da Política, pois define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis a sua execução. Seguindo essas orientações, a operacionalização da Política de Assistência Social, passa a seguir uma organização em que a família e o território são os focos prioritários. As ações se consubstanciam a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para convivência tendo em vista o desenvolvimento local, as instituições e os movimentos organizativos.

2.1. O Trabalho Social com Família –TSF

A oferta dos serviços direcionados às famílias e indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social é realizada por meio dos CRAS. O trabalho social com família que por sua vez é concretizado nas unidades pelo Serviço de Proteção Integrado à Família - PAIF tem por finalidade fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. (BRASIL, p. 6. 2009).

Portanto observa-se que o TSF na Assistência Social é um trabalho especializado baseado na viabilização de direitos, ética e respeito do poder de decisão daqueles que são atendidos. Com todas as normativas da PNAS se entende que a assistência social no Brasil deixa de ser analisada e ofertada com base na filantropia e na caridade, mas como uma política pública, garantidora de direitos e dever de Estado. Porém, ainda existe muito a ser conquistado para se traduzir em uma política social universal que responda todas as demandas da sociedade, e que venha a garantir de fato justiça social.

O TSF é uma das grandes possibilidades de se trabalhar com a família e com comunidade em uma nova perspectiva de conquista, oportunizando os profissionais a acessarem uma visão de sujeito de direito, contribuindo com o desenvolvimento do território, alcançando novos objetivos traçados com o público da política. Vale ressaltar, que essa consciência não será alcançada em grande escala de indivíduos apenas com

atendimentos individualizados, devendo haver a valorização dos trabalhos em grupos, que por sua vez potencializam a convivência, a reflexão, assim como a ação dos sujeitos envolvidos (AFONSO; FADUL, 2015) e certamente alcançando os objetivos, organizados e planejados pelos pressupostos do PAIF.

Entender o sujeito em seu espaço, e planejar as atividades dos grupos, constitui o fazer profissional dos técnicos que compõem a equipe do PAIF, levando em consideração que as normas e diretrizes do TSF não são algo pronto e definidos, pois devem ser baseadas na realidade apresentada pelas famílias e indivíduos (JÚNIOR; ALVES, 2018). Durante as atividades com as famílias, os usuários podem perceber as fragilidades e potencialidades de seu território, “podem construir formas de cooperação na família, fortalecer vínculos e identificar ações e articulações necessárias para a proteção social junto às famílias” (AFONSO; FADUL, 2015, p. 143).

Para a implementação dessa estratégia de trabalho com a família, é importante o desenvolvimento de um plano de ação elaborado pela equipe técnica de referência do PAIF. Esse trabalho deve ter como parâmetro a relação vulnerabilidade e potencialidade e buscar alcançar um conjunto de finalidades como: liberdade, autonomia, felicidade, qualidade de vida, qualidade de viver, sustentabilidade e cidadania social. (SPOSATI, 2009)

O TSF constitui-se numa estratégia efetiva contra a setorização, segmentação e fragmentação dos atendimentos. A família é considerada em sua totalidade, como uma unidade de intervenção e as ações concentram-se no caráter preventivo da proteção social, de modo a fortalecer os laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros, propondo-se a romper com o caráter de atenção emergencial.

O foco na matricialidade sociofamiliar, como preceitua a PNAS/SUAS, tem suas bases na concepção de família ultrapassando o conceito “ideal” assumindo a família “real” lugar de conflito, mas também de afeto e cuidado, como também, o grau de responsabilidades que se atribui às famílias no contexto da proteção social. Compreende a família e a comunidade como protagonistas da provisão social, considerando que as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica que daquelas que caracterizam sua família. Que a família como referência nos serviços sociais é uma possibilidade de superar a atenção fragmentada da política pública.

O trabalho social com família também indica um agir interconectado entre diferentes esferas: agir no território e com o território; agir de forma integrada e articular as políticas setoriais fortalecendo o agir em rede; agir potencializando os aportes culturais que podem promover mudanças; agir no fortalecimento dos vínculos sócio-relacionais, competências comunicativas e participação.

3 O TERRITÓRIO RURAL COMO BASE PARA O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIA

Fazendo parte da base organizacional do SUAS, a territorialização está atrelada à descentralização. Este é um mecanismo utilizado para propiciar uma leitura do território, entendido como o *lócus de organização*, que passa a ser a referência nas ações da assistência social, pelas suas características sócio-políticas e culturais específicas, pelas pessoas que nele habitam e pela sua complexidade.

A territorialização inova na perspectiva de reconhecer que para além das demandas setoriais o *lócus* onde vive o segmento dos usuários da assistência social, é um espaço vivo que expressa um conjunto de relações, condições e acessos. É uma ferramenta que deve ser trabalhada em uma dimensão macro, levando em consideração uma visão geral sobre a realidade das famílias (AFONSO; FADUL, 2015). Assim sendo, expressa um entendimento do cotidiano vivido pelos usuários da assistência social.

Ao tratar de territorialização direcionada a áreas com maiores especificidades, complexidade, identificamos a zona rural com suas características, pois a própria posição geográfica e a dificuldade de mobilidade presentes nessas áreas dificulta o acesso aos serviços de saúde, escolas e outras políticas maximizando as situações de vulnerabilidade social das famílias.

Nesse contexto o TSF é desafiado a compreender ainda mais o contexto social das famílias inseridas nas atividades e no próprio território, buscando ofertar atividades que contribuam com o poder de conhecimento do local, autonomia das famílias, não desenvolvendo apenas meras atividades socioeducativas que não acrescentam a formação de um senso crítico dos participantes, mas incentive o conhecimento de estratégias de acesso a direitos e serviços.

É fundamental também que haja atenção as características específicas do território ao qual o grupo está localizado, e quando o assunto é zona rural a conjuntura é mais diversa, as demandas apresentadas pelo público são diferenciadas da zona urbana sendo assim é primordial que exista um olhar direcionado para a territorialização, e nesse sentido o trabalho em rede, como defende a PNAS/SUAS, é de extrema necessidade ser efetivado.

Assim sendo, desenvolver um trabalho social com família necessita atentar para as suas diversas peculiaridades das famílias e o local em que se encontra. Essa é uma particularidade que merece uma atenção, especialmente se esse local é a zona rural.

4 O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA ZONA RURAL DE TERESINA

A implantação da Política de Assistência Social em Teresina em particular em sua área rural apresentou suas dificuldades, em especial o que dizia respeito à baixa densidade populacional e amplitude da dimensão territorial, contudo foi garantida e ofertada de forma diferenciada de outros municípios, que acessam as equipes volantes por meio dos CRAS itinerantes para prover os serviços socioassistenciais às famílias nas áreas rurais.

Em Teresina, as unidades dos CRAS-rurais foram implantadas nas próprias comunidades, atualmente referenciam os territórios norte, leste e sudeste do município, com planejamento para no próximo ano, a abertura do quarto, no território sul. Essas unidades ofertam serviços socioassistenciais como preconiza a PNAS/SUAS: a acolhida individual e/ou grupal, escuta qualificada, atendimentos individualizados e/ou coletivos, visitas domiciliares e institucionais, encaminhamentos para outras políticas, planejamento e avaliação dentre outras, são ações desenvolvidas com as famílias procurando seguir as características, peculiaridades próprias dos territórios, o que possibilita que a assistência ofereça serviços a partir do “Chão” em que as famílias se encontram. (JÚNIOR; ALVES, 2018).

Em dez anos da implantação dos serviços da assistência social nos territórios rurais de Teresina, o atual contexto ainda exige melhoras, todos os prédios onde funcionam os CRAS da zona rural são estruturas físicas alugadas, não seguiram diretrizes específicas como versa as orientações técnicas da assistência social para ofertar do

serviço, apesar do esforço para as adaptações. Essa realidade se deve as dificuldades para a construção de sedes própria, como também, da disponibilidade de imóveis para sediar a unidade socioassistenciais com suas especificações apropriadas como define as orientações técnicas. Todavia a dimensão de recursos humanos segue a formação das equipes de referência, um profissional de serviço social e um profissional de psicologia, seguindo a NOB/RH/SUAS, garantindo assim, a equipe técnica para a realização do Trabalho com as Famílias usuárias da política de assistência Social, contudo as unidades rurais dos CRAS ainda não possuem as equipes nos dois turnos, limitando o atendimento das demandas. (TERESINA, 2020):

O índice de desenvolvimento dos CRAS-IDCRAS, indicador de avaliação monitorado pelo Ministério da Cidadania, busca medir, de forma indireta, a “qualidade dos serviços” prestados nos CRAS. Por ser um indicador sintético, composta em sua composição alguns outros indicadores e, assim, possui maior capacidade de sintetizar diferentes aspectos da realidade vivida nos CRAS. O índice é calculado levando em consideração as dimensões de estrutura, recursos humanos, serviços e benefícios ofertados.

Os níveis de desenvolvimento seguem um intervalo representado entre 1 e 5, o nível 5 representa a situação que mais se aproxima dos padrões de qualidade desejáveis e o nível 1 representa a situação mais distante do padrão almejado. No que diz respeito ao município de Teresina é possível identificar que os três CRAS-rurais apresentam uma realidade acima da media na sua grande maioria, como mostra a tabela 1.

Tabela 1: IDCAS/2017 e IDCAS/2018 da zona rural do município de Teresina-PI

TERESINA	ANO DE AVALIAÇÃO	DIMENSÃO ESTRUTURA FÍSICA	DIMENSÃO RECURSOS HUMANOS	SERVIÇOS E BENEFÍCIOS	ID SINTÉTICO
IDCRAS/NORTE	2017	4,00	3,00	4,00	3,67
	2018	4,00	5,00	5,00	4,67
IDCRAS/SUDESTE	2017	1,00	5,00	4,00	3,33
	2018	2,00	5,00	4,00	3,67
IDCRAS/ LESTE	2017	2,00	2,00	4,00	2,67
	2018	4,00	3,00	3,00	3,33

Fonte: Dados: Diagnóstico Socioterritorial Participativo / SEMCASPI, 2020.

Apesar dos CRAS's-rural estarem presente nas comunidades, a distância e as deficiências nas estruturas são fatores que contribuem para “a precariedade dos serviços disponíveis na rede socioassistencial, como também, na realidade de outras políticas, dificultando a intervenção dos profissionais” (TEIXEIRAS, 2017, p. 122). Contudo, o TSF apresenta diversas estratégias para a condução dos trabalhos, possibilitando a realização de atividades em parcerias com as diversas características positivas que o território disponibiliza, que por sua vez contribuem para que a população valorize os seus espaços e os potencializem como instrumento de desenvolvimento local: casa de farinha, lavouras, centro de produção dentre outros.

Em 2019 foi realizado pela Secretaria da Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI), um Diagnóstico Socioterritorial Participativo, que contou com a participação do público usuário dos serviços socioassistenciais, assim como, trabalhadores e lideranças comunitárias.

Em todos os territórios avaliados, os fatores de infra-estrutura, transporte público, cultura, segurança pública, dentre outros apresentaram deficiência que comprometem o trabalho dos profissionais das instituições presente nas comunidades. Apesar de todas as dificuldades apresentadas, o papel dos CRAS's-rural foi destaque nos três territórios, os participantes afirmaram que a presença dos profissionais da assistência social é constante nas comunidades rurais, indicando a importância desse equipamento para a provisão de direitos para população (TERESINA, 2019).

Ações como esta, é importante para a organização do TSF, levando em consideração há necessidade de se desenvolver “um rol de atividades de caráter estratégico, que visam subsidiar a direção, planejamento, organização, monitoramento e avaliação necessários para o cumprimento do objetivo do referido serviço” (BRASIL, 2012, p.38). Há de se considerar que são inúmeros e diversos os desafios para o funcionamento desses equipamentos sociais, porém, são primordiais para o enfrentamento das realidades adversas identificadas na zona rural.

Quanto ao perfil e número de famílias atendidas nos CRAS's-rural, referente ao mês de Janeiro do presente ano, observa-se que ainda há muito a ser feito para que a intervenção do TSF possa contribuir para superação da pobreza e da extrema pobreza nas comunidades da zona rural do município de Teresina. Lembrando que os fatores a serem analisados pelo TSF, isto é, os critérios a ser definidos para o acompanhamento

familiar, não se restringe apenas a renda per capita, e sim as situações de vulnerabilidade social das famílias em decorrência da pobreza, que é uma condição que agrava a vida das famílias.

Vale ressaltar, que não se combate pobreza apenas com a intervenção de uma única política pública e nem somente por meio de transferência de renda, e sim com uma conjugação de ações intersetoriais que propiciam o desenvolvimento de um trabalho em rede, essencial para fomentar respostas públicas no sentido de mitigar o estado de vulnerabilidade que as famílias enfrentam especialmente as que residem na zona rural.

Tabela 2 - Número de famílias atendidas nos CRAS's da zona rural do município de Teresina

Dados de Atendimento (Janeiro de 2020) – Norte IV	
Número de famílias cadastradas no Canônico (CECAD)	2.306
Número de famílias Acompanhadas pelo TSF/PAIF (RMA)	277
Dados de Atendimento (Janeiro de 2020) – Sudeste IV	
Número de famílias cadastradas no Canônico (CECAD)	2.737
Número de famílias Acompanhadas pelo TSF/ PAIF (RMA)	259
Dados de Atendimento (Janeiro de 2020) – Leste V	
Número de famílias cadastradas no Cadúnico (CECAD)	1.907
Número de famílias Acompanhadas pelo TSF/PAIF (RMA)	138

Fonte: Dados: Diagnóstico Socioterritorial Participativo / SEMCASPI, 2020.

A partir dos dados, observa-se que o número de famílias acompanhadas pelo TSF nos CRAS's-rural de Teresina é de 674 (seiscentos e setenta e quatro), isto é, em um universo de 6.950 (seis mil e novecentos e cinquenta) famílias cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal. Quando se volta os olhos para a quantidade de famílias em acompanhamento percebe-se um número considerável, pois isso significa que essa família, além de estar em situação de extrema pobreza, ainda se encontra em situação de vulnerabilidade e risco social necessitando assim de uma atenção continuada que

visa à melhoria de vida e que possa assegurar um convívio familiar de maneira preventiva, protetiva e proativa.

O rompimento do ciclo da pobreza é algo que deve ser trabalhado pela presença de Políticas Públicas, com o comprometimento profissional pautado em metodologias que contribuam com as famílias para que venham a superar a situação de vulnerabilidade vivenciada, para que isso venha ocorrer, é preciso que a equipe técnica do TSF fomente a participação das famílias e de seus membros na reflexão sobre suas condições de vida.

Assim, o TSF se caracteriza como um serviço essencial na provisão de direitos sociais às famílias em situação de vulnerabilidade social, especialmente em se tratando de áreas geográficas que vivenciam particularidades de grandes ausências. O desafio é construir possibilidade que consigam visualizar estratégias de desenvolvimento para o espaço rural que contribua para a garantia de direitos das famílias usuárias da política de assistência social.

5 CONCLUSÃO

Ao tratar da relevância do Trabalho Social com famílias na zona rural, compreende-se como de fundamental importância para afiançar direitos, pois contribui com a viabilidade de serviços para aqueles, que só pelo fato de já se encontrarem em uma região geográfica permeada por inúmeras limitações, se privam de acesso a serviços públicos, lazer, cultura. É uma intervenção social voltada para o desenvolvimento da autonomia, do poder de participação das famílias e indivíduos. Porém, estar no território, atender as diversas famílias com suas demandas e não buscar desenvolver um trabalho pautado em conhecimento técnico, com postura crítica, inviabiliza as possibilidades dessas famílias acessarem serviços essenciais para o enfrentamento das suas vulnerabilidades.

Dessa forma a potencialidade do TSF na zona rural é propiciar que os serviços socioassistenciais possam atender as mais diversas vulnerabilidades e riscos sociais, ampliando e assegurando condições e oportunidades de autodeterminação, de protagonismo na construção e desenvolvimento da autonomia de famílias e indivíduos, se contrapondo a uma cultura de tutela e subalternidade ainda tão presente na nossa realidade social. Todo esse aparato conjugado com as potencialidades do território que,

na especificidade rural, carece de expressivos investimentos que fomentem o seu desenvolvimento.

REFERENCIAS

AFONSO, Maria Lúcia Miranda; FADUL, Fabiana Meijon. **O trabalho com grupos no PAIF: um diálogo interdisciplinar com a Oficina de Intervenção Psicossocial.**São João del-Re, 2015.

BRASIL **Orientações Técnicas sobre o PAIF 2:**Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília. 2012, p.83.

_____. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. **Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** X Conferência Estadual da Assistência Social. A gestão e o financiamento na efetividade do SUAS.

_____. **Política de Assistência Social** – PNAS/ 2004. Brasília, 2005.

JÚNIOR, AntonioRonaut Soares Pedrosa; ALVES, Dannylo Cavalcante. Trabalho Social com Famílias no CRAS Sudeste III: A centralidade nas necessidades das Famílias. In: (org) BRAGA, Alves Braga [et al.]. **A Política de Assistência no Contexto Teresinense: Gestão e boas práticas.** Teresina: EDUFPI, 2018, p.110.

PASINATO, Luiz Antônio Loiva; MACHADO, Mara de Oliveira. Cras rural: lugar de efetivação da política de assistência social. in: III **Seminário Internacional de Ciências Sociais- CIÊNCIA POLÍTICA.**CAMPOS SÃO BORJAR: UNIPAMPA, 2014, P. 09.

SPOSATI, Aldaiza. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes:**MDS, UNESCO, Nov, 2009.

_____. Solange Maria. **Trabalho Social com Famílias: Fundamentos Históricos, Teórico- Metodológicos e Técnico - Operativos.** Teresina: EDUFPI, 2017.

TERESINA. Secretaria Municipal da Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas- (SEM CASPI). **Análise do Censo SUAS 2018 baseado no IDCRAS 2017.** Teresina, 2019.

_____. Secretaria Municipal da Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas- (SEM CASPI). **Diagnóstico Socioterritorial Participativo: O Município que Temos, Somos parte 2.** Disponível em:

<<https://gsuasthe.files.wordpress.com/2020/03/diagnc3b3stico-parte-ii.pdf> >

Acessado em: 09 de Jun de 2020.